

16/05/2018

PLENÁRIO

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.566 DISTRITO FEDERAL

V O T O

**O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO:** A norma legal em questão, inscrita *no* § 1º do art. 4º da Lei nº 9.612/98, **veda o proselitismo, de qualquer natureza, na programação das emissoras de radiodifusão comunitária.**

**Sustenta-se** que o preceito legal em referência **antagoniza-se** com a cláusula constitucional **que proclama e assegura, entre nós, a liberdade de manifestação do pensamento e o direito à livre comunicação social.**

**Entendo**, Senhora Presidente, *considerados os fundamentos expostos na inicial, que se mostra acolhível a pretensão de inconstitucionalidade deduzida pelo autor.*

*Com efeito, não podemos ignorar* que as liberdades do pensamento *são prerrogativas essenciais*, de extração **eminente** constitucional, **cujo efetivo respeito** – *por qualificar-se como pressuposto necessário* à própria legitimação material do regime democrático – **impõe-se ao Estado e a seus agentes.**

**A livre expressão e divulgação** de ideias *não deve* (**nem pode**) *ser impedida* pelo Estado, **cabendo advertir, no entanto** – **precisamente por não se tratar** de direito absoluto –, **que eventuais abusos** cometidos no exercício dessa prerrogativa constitucional **ficarão sujeitos** à apreciação do Poder Judiciário, **mediante** controle jurisdicional “*a posteriori*”.

ADI 2566 / DF

Na realidade, o art. 4º, § 1º, da Lei nº 9.612/98 **transgride** o espírito de liberdade que deve informar, animar e condicionar as relações entre o indivíduo e o Estado, **especialmente** se se considerar que o pluralismo de ideias, enquanto fundamento desta República, revela-se subjacente à própria concepção do Estado democrático de direito, consoante prescreve o art. 1º da Constituição do Brasil.

Na verdade, a Lei Fundamental da República, em norma inteiramente compatível com a natureza democrática do regime político que hoje caracteriza o perfil do Estado brasileiro, **proclama a liberdade de manifestação do pensamento, assegurando, em consequência**, em favor de todos, a livre expressão e transmissão de ideias, **sem a possibilidade de qualquer interferência prévia** do aparelho estatal.

**Entendo, por isso mesmo, que a prática do proselitismo representa** elemento de concretização do direito à livre difusão de ideias.

O fato é que a Constituição Federal, ao estabelecer que são essencialmente livres a manifestação do pensamento e a comunicação de ideias, **assegura, por isso mesmo, o pleno exercício** da liberdade de informação e de transmissão de valores, **sem possibilidade de prévia interferência estatal** “em qualquer veículo de comunicação social” (CF, art. 220, § 1º, c/c o art. 5º, IV e IX).

**Vale destacar, neste ponto, a incisiva observação** que, em outro processo (ADI 4.451/DF, Rel. Min. AYRES BRITTO), foi feita pelos ilustres Advogados Gustavo Binenbojm, Rafael Koatz e Alice Voronoff, **corretamente repelindo a tese**, ora renovada nesta sede processual pelas autoridades federais, de que a liberdade de expressão **poderia sofrer restrições nos casos** de empresas de radiodifusão, porque sujeitas estas a regime administrativo de concessão, permissão ou autorização:

*“É importante ainda assentar que, embora as empresas de radiodifusão estejam sujeitas à disciplina específica prevista na própria*

ADI 2566 / DF

Constituição (disciplina dos serviços públicos), **elas gozam das mesmas prerrogativas de liberdade de expressão, imprensa e informação, como os demais veículos** de comunicação social. **Em outras palavras**, o regime jurídico do serviço público **não se presta** de fundamento a justificar **qualquer** pretensão de controle estatal sobre o livre fluxo de informações, idéias e opiniões, **que constituem um direito difuso de todos os cidadãos. O sentido publicístico do regime das concessionárias de radiodifusão é, ao contrário, o de preservação de sua independência em relação ao governo e às forças de mercado**, como garantia da própria sociedade de ser livremente informada.

**31. Os fundamentos constitucionais** de tal entendimento são inúmeros. **Em primeiro lugar**, há que se atentar para o fato de que os diversos dispositivos constitucionais **que asseguram a liberdade de expressão** – como o art. 5º, IV, V, IX e XIV, e o art. 220 – **não fazem qualquer distinção**, para tal fim, quanto ‘à forma, processo ou veículo’ de comunicação social. **Bem ao contrário**, a linguagem do art. 220 é bastante enfática e exaustiva, **buscando abarcar**, em seu escopo protetivo, **todos os possíveis meios** em que se projeta a liberdade de expressão. (...).

.....  
**32. Vale notar, ainda, que as normas em tela aplicam-se indistintamente** a todos os veículos de comunicação social, **dada a sua amplíssima abrangência semântica e sua inserção** no Capítulo V, **destinado**, de forma genérica, à ‘Comunicação Social’. Ademais, **merece relevo** a circunstância de que as normas especificamente dirigidas aos veículos impressos (v.g., o art. 220, § 6º) **ou às emissoras de rádio e televisão** (v.g., o art. 221) **fazem alusão expressa** aos seus respectivos destinatários. Assim, onde o legislador constituinte **não** distinguiu, **não caberá** ao intérprete pretender fazê-lo.

**33. Por outro lado, o tratamento jurídico** de ‘serviço público’ **dispensado** aos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, pelo art. 22, XII, ‘a’, **não representa** um fator relevante de diferenciação **em relação** a outros veículos de comunicação social, **no que se refere** à proteção das liberdades de expressão, imprensa e informação. **A escassez das frequências eletromagnéticas justifica a intervenção** do Estado na sua alocação, mediante autorizações, permissões ou

ADI 2566 / DF

concessões, **diversamente do que ocorre** com os veículos impressos, cuja publicação **independe** de licença de autoridade (art. 220, § 6º). **Trata-se, a bem dizer, de uma 'regulação de entrada'**, que visa a garantir um uso otimizado do meio escasso por empresas aptas ao desempenho da atividade de comunicação social.

**34. O art. 221**, por seu turno, **apresenta um elenco de princípios norteadores da produção e programação das emissoras de rádio e televisão. Em nenhum de seus quatro incisos, todavia, o preceptivo autoriza qualquer forma de censura ou embaraço à plena liberdade das empresas no que se refere à forma e ao conteúdo de suas transmissões. Em outras palavras**, dentro da sistemática constitucional, o art. 221 estabelece um conjunto de objetivos a serem perseguidos pelas emissoras de rádio e televisão, consoante a livre criação artística e a livre atuação jornalística de seus profissionais.

**35. Por essas razões, vê-se que as normas constitucionais especificamente dirigidas às emissoras de rádio e televisão não se prestam de fundamento a justificar qualquer tentativa estatal de controle sobre o livre fluxo de informações, idéias e opiniões veiculadas.** Por evidente, a singularidade do regime jurídico dos serviços de radiodifusão não está na possibilidade de instituição de mecanismos de controle pelo Estado **do que será veiculado** pelas emissoras e conhecido pelos cidadãos. **Esta seria uma forma oblíqua de restauração da censura**, totalmente incompatível com a letra e o espírito da Carta de 1988.

**36. O sentido publicístico de tal regime jurídico consiste na necessidade de manter-se um ambiente aberto e pluralista na mídia radiofônica e televisiva, no qual empresas distintas poderão livremente veicular suas visões e opiniões sobre fatos jornalísticos, assim como suas produções artísticas e culturais, cabendo aos cidadãos, de forma igualmente livre, formular seus juízos e exercer suas escolhas."** (grifei)

**O que não tem sentido, Senhora Presidente, é proibir-se, em caráter absoluto e apriorístico, o exercício da liberdade de pensamento,**

ADI 2566 / DF

especialmente no plano da difusão de ideias, *mesmo que com finalidade de proselitismo*, **sendo irrelevante**, *sob tal aspecto*, **que se trate de proselitismo de natureza religiosa, ou de caráter político-ideológico, ou**, ainda, *de qualquer outra índole*.

**O Estado não pode**, no contexto de uma sociedade **que se caracteriza** por seu perfil democrático, *interditar, obstruir, embaraçar ou censurar* ideias, convicções, opiniões ou informações, *qualquer que seja o caráter de que se revistam*, **sem incorrer**, *caso assim venha a agir*, **em inaceitável interferência em domínio naturalmente estranho** às atividades governamentais.

**É por essa razão**, Senhora Presidente, **que não hesito** em proclamar e em destacar *a relevantíssima circunstância* de que, **no contexto** de uma sociedade **fundada** em bases democráticas, **torna-se imperioso reconhecer** *que temas de caráter teológico ou concepções de índole filosófica, política, cultural ou ideológica, quaisquer que sejam – que busquem atribuir densidade teórica a ideias propagadas pelos seguidores de qualquer corrente de pensamento – estão, necessariamente, fora do alcance do poder censório do Estado, sob pena de gravíssima frustração e aniquilação da liberdade constitucional de expressão e de disseminação (sempre legítima) das mensagens inerentes às posições doutrinárias em geral.*

**O fato é que** a Carta Política estabelece que **nenhum** dispositivo pode *“constituir embaraço à plena liberdade de informação” e* à liberdade de expressão do pensamento e de difusão de ideias. **E mais: cabe referir, em tema de divulgação efetuada por emissoras de rádio e de televisão, que a produção e a programação** de tais atividades **deverão observar** os princípios **inscritos** no art. 220 da Carta Política, cujas disposições **não impedem a prática do proselitismo**.

**Tem inteira razão** o autor da presente ação direta **quando observa** que a norma legal ora impugnada, **ao** *“(…) proibir o proselitismo, não*

ADI 2566 / DF

*somente o religioso, mas também o científico, o artístico ou qualquer outro tema ou vertente do conhecimento humano, além de estar patrocinando uma censura odiosa e inconstitucional, ferre, frontalmente, os incisos IV, VI e IX do artigo 5º e o artigo 220 e seguintes de nossa Constituição Federal” (grifei).*

**Regimes democráticos não convivem** com práticas de intolerância *nem se mostram compatíveis* com restrições de caráter censório **em matéria** de comunicação, de transmissão e de circulação de opiniões, **pois** uma de suas características essenciais **reside**, *fundamentalmente*, **no pluralismo** de ideias **e na diversidade** de visões de mundo, **em ordem a viabilizar**, *no contexto de uma dada formação social*, **uma comunidade inclusiva** de cidadãos, *que se sintam livres e protegidos* contra ações estatais **que lhes restrinjam** os direitos **por motivo** de crença religiosa **ou** de convicção política ou filosófica.

**O que se mostra irrecusável**, *presente essa configuração da ordem democrática*, **consiste** no fato de que a observância desses padrões constitucionais, **notadamente o veto absoluto a qualquer** discriminação **atentatória** aos direitos e liberdades fundamentais (**CF**, art. 5º, XLI), **representa fator essencial** à preservação e consolidação de uma sociedade política *livre, aberta e plural*.

**Nesse contexto**, Senhora Presidente, **emerge**, como significativo valor que dá expressão às prerrogativas político-jurídicas reconhecidas **em favor** do indivíduo, **a liberdade** de manifestação de pensamento, **que se qualifica** como um dos mais preciosos privilégios dos cidadãos em uma República que se apresente **estruturada** em bases democráticas e **regida**, *por isso mesmo*, **pelo princípio fundamental** do pluralismo político.

**Tenho sempre enfatizado**, *nesta Corte*, que **nada** se revela *mais* nocivo e *mais* perigoso do que a pretensão do Estado de reprimir, de cercear **ou** de embaraçar a liberdade de expressão, *mesmo* que se

ADI 2566 / DF

objetive – **com apoio** no direito fundamental à livre manifestação de opiniões – **expor e transmitir** ideias, **oferecer** propostas doutrinárias **ou apresentar** formulações **que a maioria** da coletividade *eventualmente* repudie, **pois**, *nesse tema*, **guardo a convicção** de que **o pensamento** há de ser livre, permanentemente livre, essencialmente livre.

**Inquestionável**, *desse modo*, que **a livre** expressão de ideias, pensamentos e convicções não pode e não deve ser impedida pelo Poder Público nem submetida a ilícitas interferências do Estado.

**Nenhuma** autoridade **pode** prescrever **o que será ortodoxo** em política, **ou** em outras questões que envolvam temas de natureza filosófica, jurídica, social, ideológica ou confessional, **nem** estabelecer padrões de conduta cuja observância implique restrição à própria manifestação do pensamento. **Isso porque** “o direito de pensar, falar e escrever livremente, sem censura, sem restrições ou sem interferência governamental” **representa** – *conforme adverte* HUGO LAFAYETTE BLACK, **que integrou** a Suprema Corte dos Estados Unidos da América (1937-1971) – “o mais precioso privilégio dos cidadãos...” (“Crença na Constituição”, p. 63, 1970, Forense).

**Resulta claro**, *pois*, que o tratamento constitucional **dispensado**, *entre outras prerrogativas fundamentais da pessoa*, à **liberdade de expressão** deslegitima qualquer medida individual **ou** governamental de desrespeito ao princípio básico **que consagra** o pluralismo de ideias.

**Sabemos** que a liberdade de manifestação do pensamento, *revestida de essencial transitividade*, **destina-se** a proteger *qualquer pessoa* **cujas opiniões** possam, *até mesmo*, **conflitar** com as concepções prevaletentes, *em determinado momento histórico*, no meio social, **impedindo** que incida sobre essa prerrogativa fundamental, **ainda que se trate** de posição minoritária no seio de uma dada coletividade, **qualquer** tipo de restrição de índole política **ou** de natureza jurídica, *pois todos* **hão de ser igualmente livres para exprimir ideias**, **mesmo que estas** possam insurgir-se **ou** revelar-se em

ADI 2566 / DF

desconformidade frontal com a linha de pensamento dominante no âmbito do grupo social.

**As ideias**, ninguém o desconhece, **podem** ser fecundas, libertadoras, transformadoras **ou**, até mesmo, revolucionárias e subversivas, **provocando** mudanças, **superando** immobilismos e **rompendo** paradigmas até então estabelecidos nas formações sociais.

**É por isso que se impõe** construir espaços de liberdade, *em tudo compatíveis* com o sentido democrático **que anima** nossas instituições políticas, jurídicas e sociais, **para que** o pensamento **não seja reprimido e**, o que se mostra fundamental, **para que** as ideias **possam** florescer, *sem indevidas restrições*, em um ambiente de plena tolerância, que, **longe** de sufocar opiniões divergentes, **legitime** a instauração do dissenso e **viabilize**, pelo conteúdo argumentativo do discurso fundado em convicções antagônicas, a concretização de valores essenciais à configuração do Estado democrático de direito: o respeito ao pluralismo político e à tolerância.

**Mostra-se relevante destacar**, considerado o valor incomparável da tolerância, a proclamação aprovada pela Conferência Geral da UNESCO, em 1995 (“Declaração de Princípios sobre a Tolerância”), que a define como “a harmonia na diferença” e como “o sustentáculo dos direitos humanos, do pluralismo (inclusive o pluralismo cultural), da democracia e do Estado de Direito”, ao mesmo tempo em que adverte que “praticar a tolerância não significa (...) renunciar às próprias convicções”, traduzindo, ao contrário, um dos efeitos virtuosos dessa atitude positiva em face de terceiros, o que estimulará, naturalmente, a aceitação e o respeito pela diversidade das pessoas e pela multiculturalidade dos povos, assim evitando que irrompam, no seio das formações sociais, a exclusão, a marginalização, a violência e a discriminação contra os grupos vulneráveis.

**Dá a essencialidade de propiciar-se a livre circulação de ideias, inclusive mediante exploração dos serviços de radiodifusão comunitária**, eis que

ADI 2566 / DF

tal prerrogativa **representa** um signo **inerente** às formações democráticas que convivem com a diversidade, *vale dizer, com pensamentos antagônicos que se contrapõem, em permanente movimento dialético,* a padrões, convicções e opiniões que exprimem, *em dado momento histórico-cultural, o “mainstream”, ou seja, a corrente dominante* em determinada sociedade.

**É certo, no entanto, que a incitação** ao ódio público *contra qualquer* pessoa, povo ou grupo social **não está protegida** pela cláusula constitucional *que assegura a liberdade de expressão.*

**Cabe lembrar, neste ponto, a própria** Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), cujo Art. 13, § 5º, **exclui**, do âmbito de proteção da liberdade de manifestação do pensamento, *“toda propaganda a favor da guerra, bem como toda apologia ao ódio nacional, racial ou religioso que constitua incitação à discriminação, à hostilidade, ao crime ou à violência”.*

**Bastante expressiva, a esse respeito, a decisão que o Plenário do Supremo Tribunal Federal proferiu, por unanimidade, no julgamento da ADPF 187/DF, de que fui Relator, que restou consubstanciado, no ponto ora em exame, em acórdão assim ementado:**

**“(…) A LIBERDADE DE EXPRESSÃO COMO UM DOS MAIS PRECIOSOS PRIVILÉGIOS DOS CIDADÃOS EM UMA REPÚBLICA FUNDADA EM BASES DEMOCRÁTICAS – O DIREITO À LIVRE MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO: NÚCLEO DE QUE SE IRRADIAM OS DIREITOS DE CRÍTICA, DE PROTESTO, DE DISCORDÂNCIA E DE LIVRE CIRCULAÇÃO DE IDEIAS – (...) – DISCUSSÃO QUE DEVE SER REALIZADA DE FORMA RACIONAL, COM RESPEITO ENTRE INTERLOCUTORES E SEM POSSIBILIDADE LEGÍTIMA DE REPRESSÃO ESTATAL, AINDA QUE AS IDEIAS PROPOSTAS POSSAM SER CONSIDERADAS,**

ADI 2566 / DF

PELA MAIORIA, ESTRANHAS, INSUPORTÁVEIS, EXTRAVAGANTES, AUDACIOSAS **OU** INACEITÁVEIS – **O SENTIDO DE ALTERIDADE** DO DIREITO À LIVRE EXPRESSÃO **E O RESPEITO** ÀS IDEIAS QUE CONFLITEM COM O PENSAMENTO E OS VALORES DOMINANTES NO MEIO SOCIAL – **CARÁTER NÃO ABSOLUTO** DE REFERIDA LIBERDADE FUNDAMENTAL (CE art. 5º, incisos IV, V e X; **CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS**, Art. 13, § 5º) – **A PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL** À LIBERDADE DE PENSAMENTO COMO SALVAGUARDA **NÃO APENAS** DAS IDEIAS E PROPOSTAS PREVALECENTES NO ÂMBITO SOCIAL, **MAS**, SOBRETUDO, **COMO AMPARO EFICIENTE** ÀS POSIÇÕES QUE DIVERGEM, **AINDA QUE RADICALMENTE**, DAS CONCEPÇÕES PREDOMINANTES EM DADO MOMENTO HISTÓRICO-CULTURAL, NO ÂMBITO DAS FORMAÇÕES SOCIAIS – **O PRINCÍPIO MAJORITÁRIO**, QUE DESEMPENHA IMPORTANTE PAPEL NO PROCESSO DECISÓRIO, **NÃO PODE LEGITIMAR A SUPRESSÃO, A FRUSTRAÇÃO OU A ANIQUILAÇÃO** DE DIREITOS FUNDAMENTAIS, **COMO O LIVRE EXERCÍCIO** DO DIREITO DE REUNIÃO **E A PRÁTICA LEGÍTIMA** DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO, **SOB PENA DE COMPROMETIMENTO** DA CONCEPÇÃO MATERIAL DE DEMOCRACIA CONSTITUCIONAL – **A FUNÇÃO CONTRAMAJORITÁRIA** DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO – **INADMISSIBILIDADE** DA **PROIBIÇÃO ESTATAL DO DISSENSO** – **NECESSÁRIO RESPEITO** AO DISCURSO ANTAGÔNICO **NO CONTEXTO** DA SOCIEDADE CIVIL, **COMPREENDIDA** COMO ESPAÇO PRIVILEGIADO **QUE DEVE VALORIZAR** O CONCEITO DE **‘LIVRE MERCADO DE IDEIAS’** – **O SENTIDO** DA EXISTÊNCIA DO **‘FREE MARKETPLACE OF IDEAS’** COMO ELEMENTO FUNDAMENTAL E INERENTE AO REGIME DEMOCRÁTICO (AC 2.695-MC/RS, REL. MIN. CELSO DE MELLO) – **A IMPORTÂNCIA DO CONTEÚDO ARGUMENTATIVO DO**

ADI 2566 / DF

*DISCURSO FUNDADO EM CONVICÇÕES DIVERGENTES – A LIVRE CIRCULAÇÃO DE IDEIAS COMO SIGNO IDENTIFICADOR DAS SOCIEDADES ABERTAS, CUJA NATUREZA NÃO SE REVELA COMPATÍVEL COM A REPRESSÃO AO DISSENSO E QUE ESTIMULA A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS DE LIBERDADE EM OBSÉQUIO AO SENTIDO DEMOCRÁTICO QUE ANIMA AS INSTITUIÇÕES DA REPÚBLICA (...).*

(ADPF 187/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO, **Pleno**)

**O direito ao dissenso**, ainda que se revele mediante atos de proselitismo veiculados na programação das emissoras de radiodifusão comunitária – desde que tais atos **não** resvalam, abusivamente, **quanto** ao seu exercício, *para o campo do direito penal*, vindo a concretizar, em virtude de conduta desviante, *qualquer* dos delitos contra a honra (calúnia, difamação ou injúria) –, **encontra** suporte legitimador em nosso ordenamento jurídico, **mesmo** que, de sua prática, possam resultar posições, opiniões ou ideias que não reflitam o pensamento eventualmente prevalecente em dado meio social ou que, até mesmo, **hostilizem** severamente, **por efeito** de seu conteúdo argumentativo, a corrente majoritária de pensamento em determinada coletividade.

**Memoráveis**, por isso mesmo, **as palavras** do Justice OLIVER WENDELL HOLMES, JR. (que foi Juiz da Suprema Corte dos EUA), **no caso** “United States v. Rosika Schwimmer” (279 U.S. 644), **proferidas**, em 1929, em notável e histórico voto vencido (**hoje qualificado** como uma “powerful dissenting opinion”), **então** inteiramente acompanhado pelo Juiz Louis Brandeis, **nas quais HOLMES deixou positivado** um “dictum” imorredouro **fundado** na Primeira Emenda à Constituição dos Estados Unidos da América, **que reproduzo**, a seguir, em livre tradução:

*“(...) but IF there is any principle of the Constitution that more imperatively calls for attachment than any other it is the principle of free thought – not free thought for those who agree with us BUT*

ADI 2566 / DF

*freedom for the thought that we hate.” (“**mas**, se há algum princípio da Constituição que deva ser imperiosamente observado, **mais** do que qualquer outro, é o **princípio** que consagra a liberdade de expressão do pensamento, **mas não a liberdade** do pensamento **apenas em favor daqueles que concordam** conosco, **mas**, sim, **a liberdade do pensamento** que nós próprios odiamos e repudiamos.”) (grifei)*

**Trata-se de fragmento histórico e retoricamente poderoso que bem define o verdadeiro sentido da proteção constitucional à liberdade de manifestação do pensamento: garantir não apenas o direito daqueles que pensam como nós, mas, igualmente, proteger o direito dos que sustentam ideias que odiamos, abominamos e, até mesmo, repudiamos!**

**O pluralismo político (que legitima a livre circulação de ideias e que, por isso mesmo, estimula a prática da tolerância) exprime, por tal razão, um dos fundamentos estruturantes do Estado democrático de Direito! É o que expressamente proclama, em seu art. 1º, inciso V, a própria Constituição da República.**

**Em suma: entendo que a regra fundada no § 1º do art. 4º da Lei nº 9.612/98, que veda o proselitismo de qualquer natureza na programação das emissoras de radiodifusão comunitária, transgride, frontalmente, a livre manifestação do pensamento e a liberdade de comunicação, que se qualificam como essenciais prerrogativas de ordem constitucional, não podendo sofrer, por isso mesmo, qualquer restrição ou embaraço por atos emanados do Estado, ainda mais quando se tratar, como sucede na espécie, de norma legal que, abstrata e aprioristicamente, proíbe a propagação e a transmissão de ideias, cuja circulação – insista-se – não pode ser legitimamente obstada pelo Poder Público, sob o (inadmissível) pretexto de as emissoras de radiodifusão comunitária estarem sujeitas ao regime jurídico-administrativo de delegação, seja esta unilateral (autorização e permissão) ou bilateral (concessão).**

**ADI 2566 / DF**

**Sendo assim**, e em face das razões expostas, **peço vênia**, Senhora Presidente, **para, dissentindo, julgar procedente** a presente ação direta, **declarando**, em consequência, **a inconstitucionalidade do § 1º** do art. 4º da Lei nº 9.612, de 19/02/1998.

**É o meu voto.**